



**ACÓRDÃO Nº 215/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11415/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Uarini.
- 4- **Advogados:** Não possui
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Sr. Luiz Marcos do Nascimento, Presidente do Legislativo Municipal.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 278/2018-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 370).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Uarini. Exercício 2015.

*Irregularidade. Determinações. Multas. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** as Contas da Câmara Municipal de Uarini, exercício de 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Luiz Marcos do Nascimento**, Presidente do Legislativo Municipal;
- 10.2- **Determinar** à administração que:
  - a) Observe mui estritamente a competência contábil nos registros de obrigações patronais, contabilizando-se apenas o período a que se referem os dados;
  - b) Observe também fielmente o equilíbrio fiscal, nos termos do artigo 42 da Lei Complementar 101/00, sob cominação da pena prevista pelo artigo 359-B do Código Penal ao responsável;
  - c) Numere as folhas dos procedimentos licitatórios, conforme instrui o artigo 38, caput, da Lei de Licitações e Contratos.
- 10.3- **Comunicar** à Secretaria da Receita Federal acerca de possível não recolhimento de valores previdenciários referentes às gratificações natalinas;
- 10.4- **Aplicar multa**, nos termos do artigo 54, IV, da lei nº 2423/96, referente à não-alimentação do Sistema de Atos de Pessoal (item 22 do relatório técnico), com quantificação mediada pelo artigo



**ACÓRDÃO Nº 215/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

308, I, a), de nosso Regimento Interno, no **valor de R\$ 3.288,09** (7,5% do valor máximo);

**10.5- Aplicar multa**, nos termos do artigo 54, II, da lei nº 2423/96, referente a uma série de irregularidades concernentes aos relatórios de gestão fiscal (violações ao artigo 5º, I, da lei nº 10.028/00; aos artigos 48 e 55, § 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal), a contratos e procedimentos licitatórios (violações aos artigos 15, § 7º; 24, X; 25, I; 38, VI e parágrafo único da Lei de Licitações e Contratos, e aos artigos 94 e 96 da lei nº 4.320/64), e a diárias desprovidas de comprovantes e portarias concessórias. A quantia devida se calcula através do artigo 308, VI, de nosso Regimento Interno, in numeris, **R\$ 21.920,64**;

**10.6- Cientificar** o responsável acerca do desfecho deste processo.

**11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Abril de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazonia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13.1- Auditor Presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral